

O PRECARIADO DA PRAIA NA CIDADE TURÍSTICA DE CABO FRIO-RJ

Felipe de Souza Ramão¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4409-6510>

Marcos Vinícius Nascimento de Melo²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2796-5609>

Recebido em: 31 mar. 2021

Publicado em: 28 abr. 2021

RESUMO: O mundo do trabalho passou por intensas mudanças desde a década de 1970, a partir de um contexto político e econômico conturbado e intenso. Novas modalidades de trabalho surgem, junto a um processo de precarização. E, nesse artigo, o objetivo será analisar os trabalhadores da praia, que sobrevivem a partir de uma lógica de superexploração, na informalidade, na intermitência, dependentes da alta temporada (o verão) e feriados prolongados durante o ano, e, em condições insalubres. A estrutura desse artigo será: primeiramente, discutir a noção de precariado, sobretudo, a partir de Ricardo Antunes (2018) e Ruy Braga (2012, 2017), que tratam como uma parte superexplorada do proletariado; posteriormente, trataremos do crescimento do turismo de sol e praia; e finalmente, analisando o processo de produção do espaço turístico de Cabo Frio, cidade do interior do Rio de Janeiro, compreendendo o precariado da praia do Forte - principal praia da cidade.

PALAVRAS-CHAVE: Turismo. Praia. Precariado.

THE BEACH PRECARIAT IN THE TOURIST CITY OF CABO FRIO-RJ

ABSTRACT: The world of work has undergone intense changes since the 1970s, from a turbulent and intense political and economic context. New types of work appear, along with a process of precariousness. And, in this article, the objective will be to analyze the beach workers, who survive from a logic of overexploitation, informality, intermittency, dependent on the high season (summer) and long holidays during the year, and in unhealthy conditions. The structure of this article will be: first, to discuss the notion of precariat, above all, from Ricardo Antunes (2018) and Ruy Braga (2012, 2017), who treat it as an overexploited part of the proletariat; later, we will deal with the growth of sun and beach tourism; and finally, analyzing the production process of the tourist space of Cabo

¹ Licenciado no Curso de Geografia - FERLAGOS, Cabo Frio. Especialização em Ensino de Geografia, UERJ FFP. Especialização em Educação Ambiental, IFF Cabo Frio. Mestre em Geografia, UERJ FFP. Doutorando em Políticas Públicas e Formação Humana - UERJ. Professor de Geografia do Ensino Básico da Rede Municipal de Cabo Frio e da Rede Municipal de Araruama.

² Licenciado em Geografia FERLAGOS. Especialização em Educação Ambiental - IFF Cabo Frio. Mestrando em Geografia - UFF Campos. Professor de Geografia do Ensino Básico da Rede Estadual do Rio de Janeiro - SEEDUC e Professor da Rede Municipal de Carapebus.

Frio, a city in the interior of Rio de Janeiro, comprising the precariat of Praia do Forte - the main beach in the city.

KEYWORDS:Tourism. Beach. Precariat.

INTRODUÇÃO

Compreender o movimento da economia capitalista a partir da década de 1970, dando relevo às novas morfologias do trabalho, aos modelos pós-fordistas ou flexíveis, e ainda a formas híbridas, contando com realidades de desenvolvimento distintas, da eminência do meio técnico-científico-informacional, tem sido o esforço de inúmeros pesquisadores de diferentes áreas. Há mudanças significativas produzidas por uma reestruturação dos sistemas produtivos na indústria e na agricultura, e o crescimento exponencial do setor de serviços – com fortes implicações na cadeia que contempla das empresas varejistas ao setor de turismo, em um contexto de avanço geral da tecnologia, do neoliberalismo enquanto doutrina econômica proeminente, da urbanização e da população nas cidades, com rebatimentos diretos na forma de trabalho e na estrutura da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2008). Dessa forma, a classe-que-vive-do-trabalho tem enfrentado uma série de ditames, desde o anunciado fim do trabalho como a principal força produtiva, com a automação da produção, até formas subalternas de emprego, informalidade, trabalho temporário, novos postos de trabalho, aumento dos empregos do setor de serviços acompanhando o crescimento do setor, esfacelamento de direitos, entre outros pontos. (HARVEY, 1992, 2005, 2008, 2016; LEFEBVRE, 2008; SANTOS, 2008; ANTUNES, 2008, 2018; BRAGA, 2012, 2017).

O precariado seria justamente a fração mais explorada desta classe-que-vive-do-trabalho, segundo os sociólogos Ricardo Antunes (2008 e 2018) e Ruy Braga (2012, 2017). O crescimento exponencial desse grupo revela justamente um contexto de grandes transformações econômicas, concomitante às novas funções do Estado. Esses autores apresentam as mudanças nas formas de trabalho, e, exemplos do trabalho precário em alguns setores, mostrando inclusive as gradações desses processos em todo o mundo, as resistências e os conflitos. A ideia de trabalhar com o precariado da praia é apontar a capilaridade do processo de precarização, e dar ênfase ao setor de turismo, na modalidade de sol e praia, que por muitas razões é blindado de uma série de discussões críticas, como

os graves impactos ambientais, o desenvolvimento geográfico desigual e, de fato, a condição do trabalhador.

O artigo apresenta etapas importantes: primeiramente, uma apresentação e aprofundamento do conceito de precariado, tratando das novas morfologias do trabalho a partir das décadas de 1970-80, do contexto político-econômico e como a precarização se estabelece com pujança no mundo do trabalho, gerando inúmeras consequências; o segundo ponto é compreender como a praia se torna um espaço de trabalho e concomitantemente um espaço de acumulação do capital, obviamente tratando do crescimento histórico da economia do turismo e da modalidade sol e praia, que reestrutura e reconfigura cidades litorâneas, transformando as proximidades de muitas praias em um espaço de competição, de valorização e de grandes investimentos públicos e privados, com os destaques para o setor imobiliário, a indústria de construção e reformas, o setor de serviços, contando ainda com especuladores e proprietários de terra e com o papel fundamental do Estado; o terceiro momento será relacionar o crescimento do turismo de sol e praia, enquanto processo mundial, com o crescimento da cidade turística de Cabo Frio, localizada no interior do Rio de Janeiro, que a partir da segunda metade da década de 1990 apresenta um forte processo de reestruturação do espaço, com a consolidação do circuito turístico, que privilegia a praia e a lagoa; e, por fim, no quarto momento, analisar-se-á o precariado da praia do Forte em Cabo Frio, que assiste as transformações espaciais e econômicas da cidade, ao mesmo tempo em que suas condições de trabalho são precárias e o seu direito à cidade (turística) é extremamente limitado e restrito.

A Precarização como regra

Ricardo Antunes (2008) identifica a década de 1980 como um marco fundamental das relações entre capital e trabalho: uma série de transformações políticas, econômicas, sociais; transformações na indústria – na estrutura, na localização, na forma de produzir, na incidência de técnica; transformação do setor de serviços, que cresce de forma exponencial. Junto a esses processos, um cenário de crise do trabalho e desemprego estrutural.

Todos esses pontos elencados atingem países de todo o mundo: do trabalhador do setor automotivo dos Estados Unidos, que observa a indústria quase se desintegrar, por

conta de novos arranjos produtivos e locacionais, do trabalhador da indústria do norte do México – das “maquiladoras”, passando pelo trabalhador de redes varejistas da Europa Ocidental, da indústria têxtil na China, do telemarketing da Argentina, do agronegócio no Brasil, do comércio informal da Índia, no espaço urbano ou rural, na metrópole ou na cidade média, no país desenvolvido ou subdesenvolvido. Ricardo Antunes (2008) identifica a intensidade e a multiplicidade dessas transformações, e, ainda suas gradações em diferentes espaços:

Novos processos de trabalho emergem, onde o *cronômetro* e a *produção em série e de massa* são “substituídos” pela flexibilização da produção, pela “especialização flexível”, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado (ver Murray, 1983; Sabel e Piore, 1984; Annunziato, 1989; Clarke, 1991; Gounet, 1991 e 1992; Harvey, 1992 e Coriat, 1992a e 1992b). Ensaia-se modalidades de desconcentração industrial, buscam-se novos padrões de gestão da força de trabalho, dos quais os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), a “gestão participativa”, a busca da “qualidade total”, são expressões visíveis não só no mundo japonês, mas em vários países de capitalismo avançado e do Terceiro Mundo industrializado. O *toyotismo* penetra, mescla-se ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado. Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção (ANTUNES, 2008, p.24).

Com efeito, “Na década de 1970, começou a surgir (ou a se impor) um “consenso neoliberal” de que o Estado deveria eximir-se da obrigação de provisão pública em áreas diversas” (HARVEY, 2016, p. 33). O avanço do neoliberalismo, enquanto doutrina econômica e modelo político, que também possui espacializações distintas, fez com que o Estado passasse a ter novas funções (ANDERSON, 1995; SADER, 2003), o que potencializa transformações radicais no mundo do trabalho, com a retirada de direitos, diminuição do emprego formal, o processo de privatização, expansão da informalidade, do trabalho temporário, intermitente, terceirizado, e, sobretudo, precário. O ataque ao trabalhador é diretamente proporcional ao aumento de lucros de grandes empresas, que cada vez mais transformam o suposto cenário de competição em controle por oligopólios, contando com vários privilégios, de empréstimos parcelados em dezenas de anos, fuga para paraísos fiscais, dívidas raramente sanadas e isenções milionárias. “A superexploração é um ataque ao coração do *welfare state*” (ANTUNES, 2018, p. 62)

A evolução desse contexto nas décadas posteriores provou a necessidade de qualificação para novos postos de trabalho, e, até mesmo uma superqualificação, concomitante, a um processo de desqualificação do trabalho, que se alastra em vários segmentos, atingindo frontalmente a classe-que-vive-do-trabalho. (*ibidem*, 2008). Porém, é uma balança extremamente desigual, já que o ritmo de desempregados cresce de forma absurda em muitos países. É preciso compreender esse novo cenário, que é essencialmente múltiplo. “Complexificou-se, fragmentou-se e heterogeneizou-se ainda mais a classe-que-vive-do-trabalho” (*ibidem*, 2018, p. 58).

A ampliação do desemprego, criando um bolsão de desempregados, amalgamado aos ideais neoliberais, criam o contexto para o rebaixamento dos salários, os ataques constantes ao trabalho formal e aos direitos trabalhistas, gradativamente atingindo vários países do mundo, produzindo um quadro geral de oferta de empregos precários, transformando parte dos trabalhadores em descartáveis. Uma realidade presente na esfera privada e na esfera pública, de Reagan e Thatcher na década de 1980, nos EUA e na Inglaterra, ou na América do Sul - no Chile de Pinochet (ainda na década de 1970), na Argentina de Menem, do Brasil de Collor, e, posteriormente, de Fernando Henrique Cardoso – na década de 1990.

A precarização do trabalho tem se tornado regra, como aponta Antunes (2018): são tempos de desemprego estrutural de trabalhadores e trabalhadoras empregáveis no curto prazo, por meio de (novas e) precárias formas de contrato, em que terceirização, informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade são mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para ampliação da sua lógica. (*ibidem*, 2018, p. 153-154).

O precariado cresce de forma exponencial nos diferentes setores da economia, sendo contabilizados em muitas cidades brasileiras, seja no setor de telemarketing, no comércio informal de grandes cidades, nos serviços de entrega de aplicativos, entre outros. Essa mudança de lógica, onde o trabalho precário assume grandes proporções, transformando-se em regra, em uma economia global cada vez mais oligopolizada, com um seleto grupo de bilionários, aponta para a ampliação do abismo entre as classes mais abastadas e menos abastadas, já que as grandes empresas passam a lucrar ainda mais com os processos de flexibilização do trabalho e dos direitos trabalhistas em vários países do mundo, a austeridade presente em políticas de muitos governos significa uma nova rodada de acumulação do capital, a partir da espoliação, como trata Harvey (2004). “A

acumulação por espoliação converteu-se em um traço muito mais central dentro do capitalismo global (com a privatização como um de seus principais mantras).” (*ibidem*, 2004, p. 114) Em confronto com esse cenário, há resistências:

De Seattle a Porto Alegre, contra movimentos espontâneos estariam emergindo pragmaticamente na esteira da nova onda de mercantilização causada pela globalização. Assim, somados, o aumento da feminilização da força de trabalho, as diferentes formas de flexibilização e o aumento da informalidade verificados em escala global (...) (BRAGA, 2017, p 29).

A praia como um espaço de trabalho e de acumulação do capital

O precariado da praia é justamente uma parcela de trabalhadores que comercializam produtos nas praias e sofrem com a superexploração de longas e intensas jornadas de trabalho. Trabalham em condições precárias, com contratos temporários, sem registro em carteira ou como *freelances*, entre outras condições instáveis de trabalho, especificamente em cidades litorâneas que exploram o turismo de sol e praia. Com efeito, sem querer provocar uma grande fragmentação na análise, pois o conceito de precariado tem forte incidência nas atividades industriais, de agronegócio, ou ainda em setores ainda mais específicos, como o automobilístico, a proposta de refletir e analisar sobre o precariado da praia tem o objetivo de compreender que o mesmo possui grande complexidade e distinções internas, inclusive, na estrutura, na forma de trabalho, na intensidade. E ainda em um tom de advertência, não se pretende igualar o precariado da praia de todas as cidades do mundo, por mais que algumas características possam ser aproximadas. O precariado da praia é justamente uma amostra de que o processo de precarização está fortemente presente no setor de serviços, assumindo uma condição indispensável para a sobrevivência de muitos trabalhadores, tornando-se justamente o que aponta Antunes (2018), formas de contratação que acabam estabelecendo “o privilégio da servidão”, em um cenário de desemprego e ataque ao Estado de bem-estar social, que apresenta um tom mais dramático em países do sul global, como o Brasil.

É preciso entender como a praia se torna um espaço de trabalho e de acumulação do capital - logo, faz-se mister a compreensão de como o turismo de sol e praia se torna relevante. Há uma transformação radical na concepção social da praia, antes um espaço renegado, que passa paulatinamente a ser um espaço atrativo, utilizado para banhos de

mar, espaço de lazer, de descanso, do banho de sol, e, ainda, espaço disputado pelo setor imobiliário, por serviços, pela rede hoteleira. A consolidação do turismo de sol e praia faz crescer gradativamente o trabalho na praia, composto por uma variedade de serviços, desde quiosques, restaurantes, tendas e barracas, ambulantes que vendem bebida, comida, trajes de banho, óculos e uma variedade de produtos, serviços de passeios de barco, entre outros.

As praias, outrora, associadas somente ao trabalho, à pesca, ao fedor e ao porto, ganham uma nova conotação. A popularização das caminhadas na praia, o gosto pelos banhos de mar e sol exemplificam a instituição e divulgação de novas relações da sociedade com o mar. As práticas marítimas modernas aproximam novos segmentos da sociedade com o mar. As práticas marítimas modernas aproximam novos segmentos da sociedade com os ambientes costeiros. Transcorrido o século XX, os vetores de organização do espaço litorâneo (os litorais e zonas costeiras) apontaram para a fusão de dois processos socioespaciais: a urbanização mediante a valorização dos espaços litorâneos. Atraídos por essas novas práticas, os cidadãos definem a praia como espaço para a excursão, para o turismo e para moradia eventual – vilegiatura marítima – e/ou definitiva. (PEREIRA, 2014, p.16)

Ressalta-se que encaramos esse processo como uma construção social da praia enquanto um espaço valorizado, atrativo e prioritário na produção do espaço urbano, o que envolve diferentes agentes produtores do espaço, desde o Estado, até o mercado imobiliário, os proprietários de terra, a indústria da construção, os prestadores de serviço. Essa definição ou esse novo marco da praia é construído com interesses, como uma nova fronteira de acumulação do capital, que expande negócios e pessoas de muitos centros metropolitanos para cidades médias e pequenas. A praia como espaço de lazer, como símbolo do retorno do homem ao meio ambiente, como fuga dos grandes centros, do estresse, da rotina, do cotidiano, como vetor para construção de residências secundárias, rede hoteleira, espaços de serviço e de festa, consolida-se no decorrer do século XX, nos balneários europeus, nas praias do litoral leste dos Estados Unidos e no litoral brasileiro, reestruturando e reconfigurando os espaços urbanos. (MASCARENHAS, 2014; DANTAS, 2009; CRUZ, 1999; PEREIRA, 2014; RAMÃO, 2018) E é importante frisar que nesses pontos ressaltados, observados em diversas produções sobre o turismo, o trabalhador da praia é recorrentemente invisibilizado, corroborando com a perspectiva de Lefebvre (2008), em que os espaços de festa e de lazer ocultam os conflitos, nesse caso, a exploração do trabalhador, as longas jornadas de trabalho, a ausência ou restrição de direitos, a intermitência e, sobretudo, a insalubridade.

O Rio de Janeiro merece amplo destaque nesse processo, sendo importante sinalizar o exemplo de Copacabana, que desde as primeiras décadas do século XX unifica a construção física e de infraestrutura, como a abertura de estradas, túneis, construção da avenida litorânea, sobretudo, a urbanização do espaço, junto à construção discursiva e de novas necessidades, em conflitos travados na mídia carioca, para anexar o banho de mar e de sol, a moradia próxima à praia, como aspectos da elite econômica, e, posteriormente, vencida a disputa discursiva, com a ampliação do marketing para todo o Brasil e gradativamente para todo o mundo. O'Donnel (2013) analisa as transformações de Copacabana, tratando como a invenção de Copacabana, justamente esse aspecto discursivo e de *marketing* que transforma um espaço inóspito do Rio de Janeiro em um espaço atrativo para investimentos, atingindo de forma central os aspectos políticos, econômicos e culturais.

O sucesso de Copacabana significa a vitória de uma produção específica do espaço, que junta infraestrutura para acesso até o bairro, funcionalidade e embelezamento, para complementar a beleza da praia e oferecer qualidade na estada do turista, ou ainda qualidade e segurança e localização privilegiada para o novo morador fixo ou morador temporário. Rapidamente outros processos de urbanização turística se desenvolvem no Brasil, e, especificamente no Rio de Janeiro teremos a formação da CIL – Copacabana, Ipanema e Leme (como aponta O'DONELL, 2013), além de outras praias na capital, com processos de ocupação, valorização, verticalização e elitização. Posteriormente, há uma interiorização desse processo, e, de fato, com amplo destaque, tem-se a construção da região turística na Região dos Lagos, com a cidade de Cabo Frio, que já era um centro econômico da região, transformando-se em capital turística dessa região³.

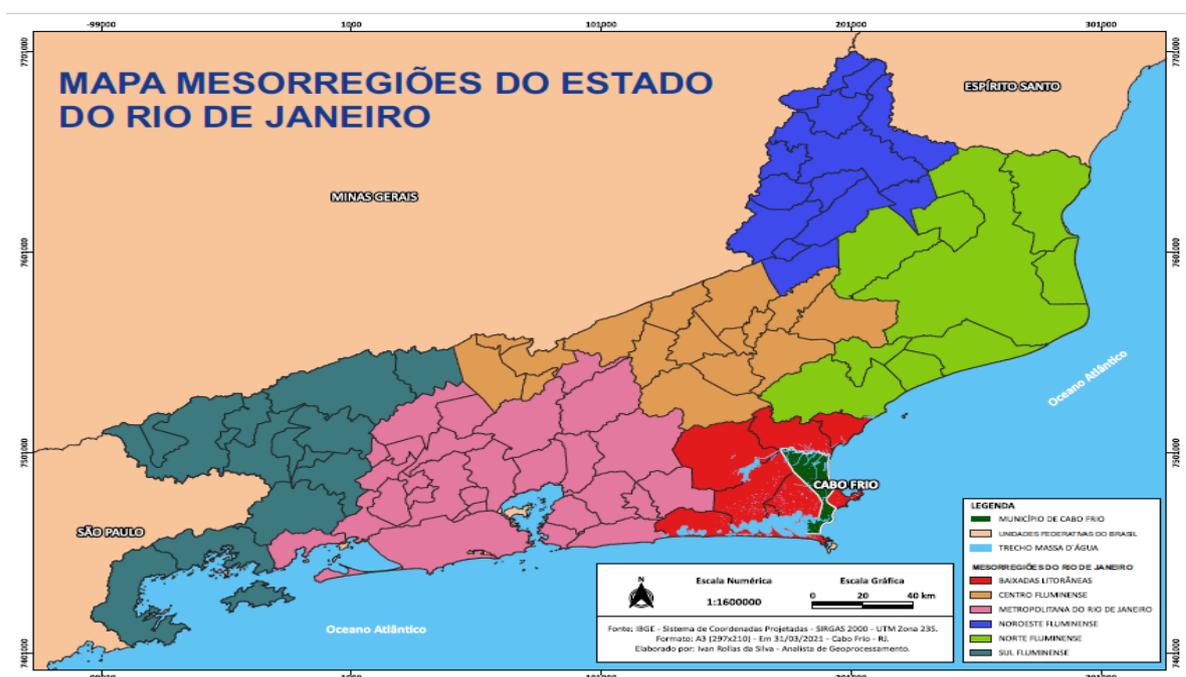
A reestruturação do espaço e as transformações políticas e econômicas de Cabo Frio a partir de 1997

A Região dos Lagos é uma denominação histórica, que se tornará na década de 1990 Costa do Sol, com mais cidades, e, ainda na regionalização administrativa do governo do Estado, Região das Baixadas Litorâneas. A cidade de Cabo Frio, como dito,

³ Região que ainda conta em um primeiro momento com São Pedro da Aldeia, Araruama e Saquarema, e, a partir da década de 1980, há a emancipação de Arraial do Cabo, posteriormente de Armação dos Búzios e Iguaba Grande.

terá um papel de relevância e referência histórica nessa região. A cidade se localiza a cerca de 150 km da capital Rio de Janeiro, e a economia tem um histórico laço com a pesca artesanal, tanto por conta do mar, quanto pela lagoa de Araruama, com a indústria salineira, principalmente a partir do início do século XIX, e, ainda é possível contar com a agricultura, mesmo que localizada majoritariamente no que hoje é o segundo distrito da cidade.

Mapa 1 - Cabo Frio no Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Mapa produzido por Ivan Rollas, 2021.

O processo de turistificação da cidade de Cabo Frio ocorre a partir de forças locais, mas deve ser encarado principalmente como um desdobramento e uma expansão do processo da capital Rio de Janeiro, sofrendo muitas influências do governo do Estado, e, de outros agentes produtores do espaço, que estendem seus negócios para o interior ou iniciam um novo negócio observando as potencialidades de Cabo Frio, desde as primeiras décadas do século XX, em um ritmo mais lento que a capital e com uma infraestrutura básica limitada. A Praia do Forte, principal praia da cidade, só será alcançada pelo processo de urbanização a partir da década de 1960 (como aponta ALVES, 2011), quando na capital Copacabana, Ipanema, Flamengo, já tinham suas praias ocupadas, valorizadas,

e controladas pelo mercado imobiliário, rede hoteleira e setor de serviços, e, ainda, com um processo de verticalização consolidado. Na década de 1970 a praia do Forte já apresenta algumas construções no seu entorno, e, um grande fluxo de turistas, que aumenta consideravelmente a partir da construção da Ponte Rio-Niterói em 1974, ratificando a condição de destino para o turismo ou para a moradia temporária principalmente de grupos da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (contando com a proximidade) e ainda de forma embrionária, de Minas Gerais. (RAMÃO, 2015)

Na década de 1990, o quantitativo de turistas e moradores temporários no período de verão, férias e feriados prolongados é muito expressivo; a mudança do comando político da cidade de Cabo Frio na segunda metade do século XX, fazendo com que prefeitos e vereadores afinados com as demandas da indústria do sal perdessem poder e espaço para outras lideranças, algumas envolvidas diretamente com a expansão do turismo, o que possibilitou o fortalecimento dos incorporadores imobiliários principalmente do Rio de Janeiro e de Minas Gerais, em detrimento do esfacelamento das outras atividades (BAPTISTA 2007); há um convencimento da população da inevitabilidade do turismo enquanto atividade central da cidade, sinônimo de progresso e desenvolvimento, concomitante ao convencimento do turista e do morador temporário. A receita da cidade ainda não é expressiva, e, há uma ausência da infraestrutura básica em muitos bairros da cidade, assim como problemas como falta de água e luz, que eram recorrentes na alta temporada com uma população extra de turistas e moradores temporários e aumento do consumo.⁴

Há dois aspectos fundamentais na segunda metade da década de 1990, *as eleições de 1996*, com a vitória Alair Corrêa (prefeito) e Marcos Mendes (vice-prefeito) do PSDB, que anunciam uma nova cidade durante a campanha, voltada ao turismo e a modernidade, que receberia diversas obras e seria basicamente um produto a ser vendido com êxito em todo o Brasil e internacionalmente. A campanha denunciava a pouca infraestrutura presente nos bairros da cidade, o descaso público com os principais pontos turísticos, utilizando-se de imagens e vídeos, com grande preocupação com o marketing, diferente da campanha do adversário Paulo Massa (PDT), apoiado pelo então prefeito José Bonifácio (como afirma COX, 2019).

⁴ Na década de 1970 há matérias em jornais de grande circulação, como *O GLOBO* e *o Jornal do Brasil* sobre Cabo Frio estar lotada de turistas no verão, tendo a praia do Forte como referência absoluta, e, ao mesmo tempo, com graves problemas de falta de água e falta de luz. (RAMÃO, 2015).

A vitória dos candidatos do PSDB significa a exacerbação do *city marketing*, do modelo de cidade turística, que divide a cidade no que é turístico e deve ser vendido e o que não é turístico e deve ser ofuscado, do modelo empresarial de gestão, da natureza mercantilizada, da produção do espaço vinculada diretamente aos incorporadores imobiliários, proprietários de terra, indústria de construção e reformas urbanas, que apresentavam forte articulação com os governos, em um contexto onde o neoliberalismo era dominante em muitos países do mundo, incluindo o Brasil com o governo do PSDB de Fernando Henrique Cardoso.

O segundo aspecto é o *aumento vertiginoso da receita de royalties do petróleo*, com a nova lei do petróleo de 1997, que amplia as formas de recebimento, e, conseqüentemente, os valores, (o que chegará a cifras ainda maiores a partir do ano 2000). *A economia dos royalties* (PESSANHA, 2015) irá financiar em grande parte o projeto de reestruturação espacial de uma nova cidade, com pavimentação de ruas, urbanização de bairros, reformas sucessivas na orla da Praia do Forte, construção do Boulevard Canal, do Gamboa Shopping, Praça das Águas, Praça da Cidadania, entre outras grandes obras que demonstram um novo patamar para a cidade de Cabo Frio, sobretudo, tais obras revelam um projeto de poder, já que de 1997 até 2018 a cidade teve apenas dois prefeitos, Alair Correa e Marcos Mendes, inicialmente juntos como prefeito e vice prefeito, posteriormente como aliados na eleição de Marcos Mendes, posteriormente, rivais, inclusive disputando eleições, o que mostra como o pensamento construído pelo grupo político foi fundamental para controlar a política municipal.

Cabo Frio no decorrer desses 21 anos fortalece um circuito turístico, uma parte do seu território que será encarado como turístico, e, que concentra atividades, pessoas, renda, serviços diversos, investimentos públicos, altos valores de metro quadrado do solo, eventos, prédios para diferentes fins, rede hoteleira, entre outros aspectos; localiza-se da Praia do Forte até a área denominada por essa gestão, de Boulevard Canal, tendo o limite do bairro Passagem de um lado e do bairro Braga do outro, alongando-se até o Novo Portinho e ao shopping Park Lagos. A reestruturação da cidade é demasiadamente concentrada no circuito turístico e nas vias de acesso até a cidade, com poucas exceções, o que significa que a receita dos royalties, que assume cifras bilionárias a cada governo de quatro anos, principalmente a partir do ano 2000⁵, é voltada para atender a esse projeto

⁵ Cf. RAMÃO, 2015.

de cidade, que tem como consequência direta valorizar um espaço já valorizado, acirrar o controle pelos espaços do circuito turístico, sobretudo com casas de famílias que perduram por décadas ou até séculos, e, com comunidades que ainda se constituem enclaves, para um projeto de elitização do espaço e da cidade enquanto um produto. Para ser mais específico, o circuito turístico é um recorte espacial da cidade, transformado em produto, mas vendido enquanto cidade, logo, nas propagandas da cidade de Cabo Frio acerca do turismo o que é mostrado é a praia do Forte, a orla da praia, o paredão de prédios, as imediações da lagoa que se torna Boulevard Canal, enquanto outras partes da cidade externas ao circuito turístico são ocultadas.

Reforça-se que esses governos apresentam uma política de lógica empresarial, o que não é algo específico e único da cidade, pois há um contexto onde muitos governos da década de 1990, tanto no Brasil, como Curitiba, quanto em outros países – como Barcelona na Espanha, que se apoiam no *city marketing*, na visão de cidade como mercadoria, como produto, a ser vendido em um mercado de cidade, onde a economia do turismo, os megaeventos, os grandes empreendimentos, o discurso verde, fortalecem esse modelo de cidade onde a estética, o espetáculo e o consumo são pontos centrais (SANCHEZ, 2001; MASCARENHAS, 2014) e a cidadania e as políticas de desenvolvimento, que inclusive se proponham a discutir emprego e renda, são secundarizadas ou até mesmo não fazem parte da pauta política. Essa lógica privatista, mercadológica e sem um investimento substancial em políticas sociais é a face do governo empresarial, como aponta Dardot e Laval (2016).

É nesse sentido que o emprego precário já existente na Praia do Forte, e, em outras praias da cidade, com menos visibilidade, avança ainda mais, pois não há uma preocupação do governo em qualificar o trabalhador cabofriense, de criar políticas de emprego de qualidade, com direitos estabelecidos, no investimento em eventos locais, em investir em outras modalidades de turismo, e, sobretudo, não reproduzir uma lógica de mercado que privilegia grupos específicos. E, pelo menos entre o período de 1997 – 2014, com receitas altíssimas procedentes dos royalties, os governos apresentam condições financeiras de propor um projeto de desenvolvimento mais integrador, socialmente incluyente e economicamente viável e amplo. Os governos inclusive descartam outras modalidades de turismo potenciais da cidade na execução de políticas de turismo, como o turismo de aventura e ecoturismo, o turismo histórico e o turismo de negócios,

consequentemente, descartando espaços potenciais, e, parte da população. A ampliação do turismo significaria repartir os investimentos, assim como incluir espaços e pessoas fora do circuito turístico (alargar e estender o circuito turístico); assim, esse tipo de proposta não avançou na cidade e no máximo o que acontece é a urbanização do bairro Perú e Ogiva e a construção da orla da Praia do Perú, que mais reforçam a exploração da praia e ampliação do precariado da praia.

O Precariado da Praia do Forte em Cabo Frio

A praia do Forte é a principal praia da cidade, o cartão postal turístico de Cabo Frio, que fica lotada na alta temporada, nos feriados prolongados, alcançando mais de 500 mil pessoas no réveillon pelo menos nas últimas duas décadas. A orla da praia do Forte nessas duas décadas apontadas é feita e refeita algumas vezes, e esse remodelamento, embelezamento, e reparação, significam altos gastos com as reformas urbanas, alta concentração de investimento público, valorização do espaço, importante para a valorização das construções, ao mesmo tempo em que significa menos investimentos em outras partes da cidade.

Imagem 1 - Orla da Praia do Forte de Cabo Frio



Fonte: <https://geografia193.wordpress.com/2021/03/29/a-orla-da-praia-do-forte-em-cabo-frio/>

Os quiosques e praça dos quiosques, praça das águas e deck da praia formam um mesmo “conjunto arquitetônico” a partir de 2014, estando em sequência na orla da Praia do Forte. O deck é feito anteriormente e reformado, os novos quiosques substituem os

quiosques demolidos, que se estendiam até o início da avenida litorânea, a praça de skate construída no ano de 2013 (gestão Marcos Mendes) custando quase 200 mil reais é demolida por não se enquadrar no projeto de 2014 (gestão Alair Corrêa). O custo da praça das águas, quiosques e praça dos quiosques foi de 12 milhões de reais. Outro destaque é que na foto do deck é possível ver a tenda ou barraca na areia, na cor branca. Essas tendas estão presentes na parte mais movimentada da praia do Forte, cerca de 3 km.

Dessa forma, a Praia do Forte que já atraía mais turistas do que outras praias, ganha uma orla potente capaz de atrair ainda mais turistas, moradores temporários e até mesmo pessoas de cidades vizinhas. Consequentemente é a praia que mais atrai e que mais possui trabalhadores. As tendas mencionadas servem alimentos e bebidas, oferecem cadeiras e barracas; os ambulantes que ficam em pontos específicos ou transitam pelo menos por 3 km da praia, onde se concentram as pessoas, dividem-se em vendedores de comida e bebida (churrasquinho, salgado, empadas, picolé, refrigerante, milho, açaí, e, afins), vendedores de conteúdo moda praia (cangas, biquínis, sungas, óculos), vendedores de boias e objetos para crianças, prestadores de serviços, como passeios de *banana boat*, pula-pula para crianças, aulas de surfe, entre outros.

É com certeza na areia da praia onde o trabalho é mais precário, a jornada é mais extensa, a informalidade e a intermitência são soberanas, a exploração é maior e a alta temperatura é mais sentida, onde o trabalhador está mais exposto. Os bares e restaurantes e os quiosques localizados no decorrer da orla (e fora da areia), apresentam também longas jornadas de trabalho, iniciando em muitos casos por volta das 9h, outros um pouco mais tarde para atender o almoço, e, perduram no decorrer do dia, alguns atravessando a noite e madrugada, contudo a frequência de registro em carteira é maior, a exposição no sol é menor, e, as condições de trabalho são menos hostis (comparado ao trabalho na areia).

Imagem 2 - O precariado da Praia do Forte – na alta temporada

Fonte: <https://geografia193.wordpress.com/2021/03/29/a-orla-da-praia-do-forte-em-cabo-frio/>

O precariado da praia do Forte é majoritariamente localizado em bairros mais pobres da cidade, desde mais próximos da praia, como Buraco do Boi, Favela do Lido e Morubá, até os localizados na maioria dos casos de 3 km à 6 km, como Gamboa, Jacaré, Porto do Carro e Boca do Mato. Em geral por volta das 6:30 da manhã, o dia do precariado da praia inicia com a chegada de equipamentos, cadeiras, guarda-sóis, entre outros objetos, que já definem o território de cada barraca. O entrevistado “A”⁶, garçom de um restaurante na praia do Forte, explica que a exigência de chegar cedo parte tanto da estratégia de posicionar as cadeiras e barracas antes de banhistas para se ter um melhor acesso à praia, mas também para atender uma solicitação da prefeitura.

Em grande parte das barracas da praia do Forte localizadas na areia a porcentagem dos garçons é dividida no final do dia igualmente, o entrevistado “B”⁷, garçom de uma das tendas da areia da Praia do Forte, afirma: “*Eu já trabalhei em três barracas, e, todas essas tinham o mesmo estilo de trabalho, acredito que a maioria seja assim, e, não tem essa de quem vende mais e vende menos, no final do dia era tudo somado⁸ e dividido igualmente entre os garçons*”.

⁶ “A” trabalha como garçom há mais de 10 anos, trabalha com carteira assinada, durante todo o ano, em um bar/restaurante localizado na orla da Praia do Forte, geralmente com uma rotina de 8 horas de trabalho, estendendo-se no período da alta temporada para até 10 horas. Depoimento concedido em 20 de janeiro de 2019.

⁷ Depoimento concedido em 17 de abril de 2019.

⁸ Referente aos valores somados dos 10% do garçom.

Em alguns bares/restaurantes fora da areia, mas ainda na orla da praia há uma divisão de territórios por garçom, no que eles chamam de praças, o que se repete, por exemplo, na Ilha do Japonês⁹, localizada na outra margem da lagoa, próxima a Praia do Perú e das Conchas. O entrevistado “C”, garçom de um dos quiosques, explica “*que as praças são sorteadas todos os dias, e, cada garçom tenta conquistar mais clientes para atender*”. Nitidamente, é uma estratégia de criar um ambiente de competição, na busca por mais produção e pelo melhor salário, supostamente articulado ao melhor desempenho, o que gera inclusive conflitos entre os garçons.

O precariado da praia de Cabo Frio ainda tem um atenuante, que de fato pode ser observado em outras cidades litorâneas onde há turismo de sol e praia, há uma discrepância entre as altas temporadas e baixas temporadas, ou seja, o precariado da praia precisa trabalhar intensamente nos meses de verão e feriados prolongados, muitas vezes fazendo rodadas duplas, para sobreviver na baixa temporada, quando a oferta de emprego é limitada, e as próprias tendas da praia funcionam preferencialmente nos finais de semana, com uma quantidade reduzida de funcionários.

(...) Informalidade no Brasil recente demonstra a ampliação acentuada de trabalhadores submetidos a sucessivos contratos temporários, sem estabilidade, sem registro em carteira, trabalhando dentro ou fora do espaço produtivo de empresas, quer em atividades mais instáveis ou temporárias, quer sob a ameaça direta do desemprego. (...) Eles realizam trabalhos eventuais e contingenciais, pautados pela força física e pela baixa qualificação. (ANTUNES, 2018, p. 68).

O precariado da praia do Forte apresenta exatamente essas características: informalidade, trabalho temporário, com grande instabilidade e com ameaça direta de desemprego, contando ainda com a força física, a baixa qualificação, e, poderíamos acrescentar com um trabalho exposto ao sol, com possibilidades de insolação, desidratação, entre outros problemas de saúde. Nos feriados prolongados em muitos casos o trabalhador é empregado para aquele período específico, que pode durar de 3 a 5 dias,

⁹ A ilha do japonês, que apresenta dois espaços, a parte vinculada ao continente que tem quiosques, e, a ilha com travessia feita por pequenos barcos. Há uma família que vende salgados, com pedidos feitos na ilha e com a entrega dos salgados feita a partir da travessia de caiaque. Assim, o consumidor não precisa voltar para a parte dos quiosques para comprar o salgado, com esse serviço de entrega, durante todo o dia. O entrevistado “C”, trabalhador de um dos quiosques da Ilha do Japonês, explica esse esquema de compra e venda afirmando que “*o trabalho é cansativo, mas eles são os donos do próprio negócio.*” Ele trabalha na alta temporada na ilha do japonês, e, durante o restante do ano vive de bicos, na maioria das vezes, também como garçom. Relato concedido no dia 26 de dezembro de 2018.

ganhando exclusivamente pelos dias trabalhados. Nesse sentido, a alta temporada para o trabalhador cabofriense é mais do que um *privilégio da servidão* (como ressalta ANTUNES, 2018), mas uma obrigação da servidão para a sua sobrevivência. A frase do garçom “A” é bastante explicativa: “*A cidade não tem indústrias, não tem empregos, a praia é a única saída*”.

Em relação a carrocinhas com produtos diversos, como açaí, bebidas, pizzas, churrasquinhos, salgados, boias, milho, entre outros objetos, presentes cotidianamente na alta temporada da Praia do Forte, é recorrente principalmente quando há o vínculo de empresas ou de famílias, que os trabalhadores cheguem na praia juntos¹⁰. A distância de uma das lojas de Açaí até o exato ponto da praia é de cerca de 1 km, saindo do bairro Jacaré a distância pode chegar aos 3 km, e, de fato, é comum ver vendedores de boias saindo do bairro Jacaré empurrando carrinhos até a praia por volta de 8:30h, e, saindo do bairro Boca do Mato, a distância pode chegar aos 4 km. O retrato da precariedade também atinge crianças e menores de idade, que já estão inclusos na rotina de trabalho na praia, muitas vezes nas carrocinhas e nas tendas da praia, juntos com responsáveis vendendo milho, churrasquinho, pizza, etc.

Considerações Finais

A praia, ao longo do século XX, a partir de uma produção de um discurso e da produção do espaço se tornou um espaço atrativo, um vetor de expansão urbana, uma fonte econômica, um ponto importante do desenvolvimento do turismo. Assim, o turismo de sol e praia se consolidou nos balneários europeus, no litoral dos Estados Unidos e no litoral brasileiro, provocando intensas transformações espaciais e sociais. (DANTAS, 2009; PEREIRA, 2014; O’DONNEL, 2013; MOESCH, 2002; CRUZ, 1999; SANCHEZ, 1991).

As cidades turísticas de sol e praia passaram por processos de transformações, adequando o processo de urbanização às necessidades da economia do turismo, e, muitas praias e seus respectivos entornos se tornaram espaços de conflito, de disputa e de alta valorização. A produção do espaço turístico se dá muitas vezes a partir do

¹⁰ No caso dos trabalhadores que chegam empurrando as carrocinhas, já que em alguns casos, as carrocinhas chegam em carros ou sendo rebocadas, ou ainda, os produtos chegam em um carro e o trabalhador chega com a carrocinha empurrando.

enfraquecimento de outras atividades econômicas, e, conseqüentemente, de outros postos de trabalho. A inevitabilidade do turismo, quase como uma salvação econômica, uma atividade supostamente com baixo impacto ambiental, reconfigura não só o espaço, mas o mercado de trabalho de muitas cidades. Cidades vinculadas à pesca, à atividade portuária, à indústria, à agricultura, entre outras atividades, quando passam a ser voltadas ao turismo, necessitam em muitos casos de transformações radicais, que implica na indústria da construção, em reformas urbanas, e, passam a contar com a presença ou com o crescimento exponencial do mercado imobiliário, em uma variedade enorme de serviços, tanto serviços gerais, quanto serviços específicos, de rede bancária, comércio de roupas, supermercados, até passeios de barco, rede hoteleira, restaurantes, etc.

Então, alguns postos de trabalho crescem, novos postos de trabalho são abertos, concomitante há um enfraquecimento de antigos postos de trabalho. A praia e todo seu entorno geram muitos empregos, contudo, em muitas cidades turísticas de sol e praia, há uma distinção bem rígida entre alta temporada e baixa temporada: a primeira atraindo muitos turistas e conseqüentemente gerando muitas vagas de emprego, e, a segunda, com o esvaziamento da cidade, retraindo a oferta de empregos. Essa instabilidade é péssima para o trabalhador.

O precariado da praia é uma das ramificações desse quadro grave de superexploração do trabalho, em um contexto de novas morfologias do trabalho, do Estado neoliberal, de governos empresariais, de crescimento do terceiro setor e do turismo de sol e praia. A condição do trabalhador da praia analisado em Cabo Frio, mas com certeza estendido a muitas outras cidades litorâneas brasileiras, encaixa-se perfeitamente na noção de precariado exposta pelos sociólogos Ricardo Antunes (2008, 2018) e Ruy Braga (2012, 2017), enquanto uma fração do proletariado, apresentando um quadro de informalidade, intermitência, falta de registro, contratos temporários, longas jornadas de trabalho e direitos escassos, contando ainda com duas características marcantes: *a insalubridade*, pela exposição permanente ao sol e altas temperaturas, em muitos casos sem recursos básicos dados pelo empregador como água e protetor solar; e *a invisibilidade*, causada pela atmosfera de festa, eventos, de uma cidade embelezada e alegre, entre outros pontos vendidos em uma cidade turística.

O caso de Cabo Frio é bastante elucidativo e exemplar para entender o precariado da praia, mas infelizmente, não é um caso isolado. Na própria Região dos Lagos, os

exemplos de precarização do trabalho são evidentes, e, principalmente no eixo turístico mais potente, o ABC turístico – Arraial do Cabo, Búzios (Armação dos Búzios) e Cabo Frio que apresentam praias dominadas pelo trabalho extremamente precário, intermitente, sem direitos, com longas jornadas de trabalho, em condições insalubres, que muitas vezes coexistem com trabalhos de carteira assinada, e condições menos agravantes nas orlas e em outros espaços.

O precariado da praia do Forte em Cabo Frio precisa trabalhar intensamente, em alguns casos com duplas jornadas, durante a alta temporada, para ter uma garantia de sobrevivência na baixa temporada, onde o trabalho é escasso e o desemprego é quase uma regra para esses trabalhadores. Até mesmo nos empregos registrados há uma maior exigência, uma maior disposição, maior carga horária, para atender a forte demanda de turistas e moradores temporários, com mais vagas, e, na baixa temporada uma retração dos postos de emprego.

Em Cabo Frio apenas um pequeno recorte do espaço se tornou turístico, no que denominamos de circuito turístico, com poucas adições; não há no período de 1997-2018 um calendário de turismo eficiente, para ofertar eventos e atividades no decorrer do ano – o que interfere diretamente na produção de empregos; há o escanteamento de outras modalidades de turismo potenciais para a cidade – o que também poderia gerar empregos, e, conseqüentemente, não há o desenvolvimento de outros espaços. Esse projeto de desenvolvimento geográfico desigual, privilegiando específicas frações de classe, como a indústria da construção e de reformas urbanas, o mercado imobiliário, o setor de serviços (com maior poder econômico e articulação política), cria abismos de renda, preço do solo, infraestrutura, segurança, e serviços, entre os espaços turísticos e os espaços periféricos da cidade.

Finalmente, deve-se atentar que precariado da praia se funde a uma cidadania precária, de uma cidade produzida preferencialmente para as classes mais abastadas locais e para o turista, o direito à cidade turística para o precariado da praia e morador de bairros pobres de Cabo Frio é limitada, para não dizer nula.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, P. **Balanço do neoliberalismo**. In: SADER, Emir; GENTILLI, Pablo (orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ALVES, M. Rua da Silva. **Conjunto paisagístico de Cabo Frio**. In: XII SIMPURB, Belo Horizonte, MG, 2011.

ANTUNES, R. **O privilégio da servidão**. São Paulo, Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. **Adeus ao trabalho?** São Paulo: Cortez, 16ª edição, 2008 [1995].

BAPTISTA, J. C. **A longa marcha**: a dominação política da oposição em Cabo Frio após o Golpe de 1964. Cabo Frio: Ed. Jornal de Sábado, 2007.

BRAGA, Ruy. **A política do precariado**: do populismo a hegemonia lulista. São Paulo: Boitempo; EDUSP, 2012

BRAGA, Ruy. **Rebeldia do Precariado**: trabalho e neoliberalismo no Sul global. São Paulo: Boitempo, 2017.

CHRISTOVÃO, J. H. de O. **Do sal ao sol**: a construção social da imagem do turismo em Cabo Frio. 2011. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2011.

COX, R. **As Eleições a prefeito de Cabo Frio 2000**: crônica de um resultado anunciado. Disponível em: <http://jornalista.blogspot.com> Acesso em 10 de janeiro de 2019.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. **Políticas de turismo e (re) ordenamento de territórios no Nordeste do Brasil**. Tese de doutorado, USP, São Paulo, 1999.

DANTAS, E. W. C. **Mar à vista: estudo da maritimidade em Fortaleza**. Fortaleza, Edições UFC, 2011.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos**: por uma geografia do litoral. Fortaleza: Edições UFC, 2009.

DARDOT, P., LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. São Paulo. Boitempo, 2016.

GEORGE, P. **O meio ambiente**. São Paulo: Difusão Européia do livro, Saber Atual, 1973

HARVEY, D. **17 contradições e o fim do capitalismo**. São Paulo, Boitempo, 2016.

HARVEY, D. **O Novo Imperialismo**. 1ª Ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

HARVEY, D. **Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HARVEY, D. **A produção Capitalista do Espaço**. São Paulo. Ed. Annablume, 2005.

HARVEY, D. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo. Ed. Loyola, 2008.

LAMEGO, A. R. **O homem e a restinga** – Rio de Janeiro. Edição fac-similar . Rio de Janeiro: IBGE, 2007 [1946].

LEFEBVRE, H. **Espaço e Política**. Editora UFMG, 2008.

MASCARENHAS, G. Cidade mercadoria, cidade-vitrine, cidade turística: a espetacularização do urbano nos megaeventos esportivos. **Caderno Virtual de Turismo**. Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, s.52-s.65, nov. 2014.

MELO, E. S. O. de. **Gênese da urbanização turística em Cabo Frio (1950 – 1978)**. XIV Encontro Nacional da ANPUR. Rio de Janeiro, 2011.

MOESCH, M. M. **Para além das disciplinas: O desafio do próximo século**. In: GASTAL, Suzana (org.) **Turismo e investigação crítica**. São Paulo, Contexto, 2002

O'DONNELL, J. **A invenção de Copacabana - Culturas urbanas e estilos de vida no Rio de Janeiro (1890-1940)**. Jorge Zahar Editora, Rio de Janeiro, 2013.

PEREIRA, A. Q. **A urbanização vai à praia: vilegiatura marítima e metrópole no Nordeste do Brasil**. Fortaleza, UFC, 2014.

PESSANHA, Roberto Moraes. **A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia: oportunidades e riscos de inserção global em meio às novas territorialidades regionais e ao desafio da abundância na economia dos royalties no Estado do Rio de Janeiro**. Revista Espaço e Economia, Rio de Janeiro, 2015.

RAMÃO, F. S. **A mercantilização do meio ambiente na cidade de Cabo Frio a partir dos fundamentos de Pierre George**. Dissertação (Mestrado em Geografia), – UERJ FFP, São Gonçalo, 2015.

RAMÃO, F. S. Os limites do modelo de cidade turística de Cabo Frio, RJ: quando a luz acende e apaga. **Revista Espaço e Economia**, Ano VII, número 13, 2018.

SADER, E. Estado, democracia y alternativa socialista en la era neoliberal. In: SADER; GENTILI (comps.). **La Trama del neoliberalismo: mercado, crisis y exclusión social**. Clacso, Universidad de Buenos Aires, 2ª edición, 2003.

SANCHEZ, Fernanda. A (in)sustentabilidade das cidades-vitrine. In: ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades – sustentabilidade e risco nas políticas urbanas**. Rio de Janeiro, DP&A, 2001.

SÁNCHEZ, Joan-Eugeni. **Espacio, Economía y Sociedad**. Barcelona: Siglo XXI de España (1991).

SANTOS, M. **A natureza do Espaço**. São Paulo, Edusp, 2008.

STANDING, G. **O precariado: a nova classe perigosa**. 1. ed.; 1. reimp, - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.